

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

*Processo de*  
**EXECUÇÃO e**  
**CUMPRIMENTO**  
*de SENTENÇA*

**31<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada  
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 26.05.2021

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

*Copyright © 2021 by*

**Editora Forense Ltda.**

*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*

Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 30ª edição.

- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

T355p

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Processo de execução e cumprimento de sentença / Humberto Theodoro Júnior. –31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4150-5

1. Direito processual – Brasil. 2. Processo civil Brasil. I. Título.

21-71165

CDU: 347.91/.95(81)

---

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

# Sumário

## TÍTULO I

### INTRODUÇÃO ÀS TÉCNICAS DE EXECUÇÃO FORÇADA

|  |          |
|--|----------|
| <b>Capítulo I – AS VIAS DE EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....</b>   | <b>1</b> |
| 1. Tutelas jurisdicionais .....  | 1        |
| 2. Breve histórico da ação executiva .....   | 1        |
| 3. As sucessivas reformas do processo civil brasileiro, que culminaram com a abolição da <i>actio iudicati</i> , no campo do cumprimento das sentenças, e com a implantação em caráter geral da <i>executio per officium iudicis</i> (sistema mantido pelo CPC/2015) ..... | 4        |
| 4. A modernização da execução do título extrajudicial .....  | 8        |
| 5. Principais inovações da execução do título extrajudicial e direito intertemporal.....   | 9        |
| 6. Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro.....  | 10       |
| 6.1. Uma via alternativa moderna: a autotutela executiva.....  | 12       |
| 7. Nova estrutura do presente livro.....   | 14       |

## TÍTULO II

### O PROCESSO DE EXECUÇÃO DISCIPLINADO PELO LIVRO II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Capítulo II – EXECUÇÃO FORÇADA .....</b>                                     | <b>17</b> |
| 8. Processo de execução.....  | 17        |
| 9. Evolução histórica da execução.....  | 18        |
| 10. A execução no direito brasileiro.....                                       | 20        |
| 11. Tendências do processo de execução no direito brasileiro .....              | 21        |
| 12. Opção entre ação executiva e ação cognitiva .....                           | 24        |
| 13. Meios de execução .....   | 27        |
| 14. Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015 (medidas atípicas) ..  | 28        |
| 15. Modalidades dos meios de execução.....                                      | 32        |
| 16. Natureza do processo de execução.....                                       | 33        |
| 17. Processo de execução e processo de conhecimento. Diferenças essenciais..... | 34        |
| 18. Autonomia do processo de execução .....                                     | 37        |

**XII** | PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – *Humberto Theodoro Júnior*

|   |  |           |
|---|--|-----------|
| 19.   | Autonomia da execução e as reformas do CPC de 1973.....  | 38        |
| 20.   | A execução forçada no atual Código de Processo Civil.....  | 39        |
| 21.   | Objetivo da execução.....  | 39        |
| 22.   | Condições e pressupostos da execução.....  | 40        |
| 23.   | A função do título executivo.....  | 42        |
| 24.   | Princípios informativos do processo de execução.....   | 44        |
| 25.   | As várias modalidades de execução.....   | 49        |
| 26.   | Atos de execução.....  | 50        |
| 27.   | Relação processual executiva.....  | 51        |
| 28.   | Citação executiva.....   | 52        |
| 29.   | Princípio da oficialidade.....   | 53        |
| <b>Capítulo III – ELEMENTOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....</b>    |  | <b>55</b> |
| 30.   | Visão dinâmica e estática do processo.....   | 55        |
| 31.   | Classificação dos elementos do processo.....   | 55        |
| 32.   | Objeto da execução.....  | 56        |
| <b>Capítulo IV – AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I).....</b> |  | <b>58</b> |
| 33.   | Conceito.....  | 58        |
| 34.   | Legitimação ativa.....   | 59        |
| 35.   | Legitimação ativa originária.....  | 60        |
| 36.   | Litisconsórcio e assistência no processo de execução.....  | 60        |
| 37.   | Legitimação ativa derivada ou superveniente.....   | 62        |
| 38.   | Espólio.....   | 63        |
| 39.   | Herdeiros e sucessores.....  | 64        |
| 40.   | Momento da sucessão.....   | 65        |
| 41.   | Cessionário.....   | 65        |
| 42.   | Sub-rogado.....  | 67        |
| 43.   | Situações especiais: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante... ..                       | 68        |
| 44.   | Terceiros interessados.....  | 68        |
| 45.   | Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente..... | 69        |
| <b>Capítulo V – AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II).....</b> |  | <b>70</b> |
| 46.   | Legitimação passiva.....   | 70        |
| 47.   | O devedor.....   | 72        |
| 48.   | O devedor em regime de recuperação judicial.....   | 72        |
| 49.   | Sucessores.....  | 73        |
|   | I – Espólio.....   | 73        |
|   | II – Herdeiros.....  | 73        |
|   | III – Representação do espólio.....  | 74        |
|   | IV – Sucessores <i>causa mortis</i> e <i>inter vivos</i> .....   | 74        |

|  |            |
|--|------------|
| V – Sucessão entre empresas .....  | 74         |
| VI – A defesa que nega a sucessão .....  | 75         |
| VII – Desconsideração da personalidade jurídica .....  | 76         |
| 50. O novo devedor .....   | 78         |
| 51. Fiador judicial .....  | 80         |
| 52. Fiador extrajudicial .....   | 80         |
| 53. Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito .....            | 83         |
| 54. Responsável tributário .....   | 84         |
| 55. Denúnciação da lide .....  | 89         |
| 56. Chamamento ao processo .....   | 90         |
| 57. Litisconsórcio .....   | 93         |
| 58. Intervenção de curador especial ao executado revel .....                                       | 93         |
| <b>Capítulo VI – CÚMULO DE EXECUÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EXEQUENTE .....</b>               | <b>95</b>  |
| 59. Cúmulo objetivo de execuções .....   | 95         |
| 60. Cumulação sucessiva de execuções .....   | 97         |
| 61. Cúmulo subjetivo .....   | 97         |
| 62. Responsabilidade civil decorrente de execução indevida .....                                   | 98         |
| 63. Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título .....                 | 100        |
| <b>Capítulo VII – COMPETÊNCIA .....</b>  | <b>103</b> |
| 64. Juízo competente para a execução .....   | 103        |
| 65. Execução de sentença .....   | 103        |
| 66. Competência para execução de títulos extrajudiciais .....                                      | 104        |
| 67. Competência para a execução fiscal .....   | 105        |
| 68. Título executivo extrajudicial estrangeiro .....   | 106        |
| 69. Competência para deliberação sobre os atos executivos e os atos de apoio à execução .....      | 106        |
| 70. Competência internacional. Execução de sentenças e decisões interlocutórias estrangeiras ..... | 107        |
| <b>Capítulo VIII – REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO .....</b>                | <b>110</b> |
| 71. Pressupostos específicos da execução forçada .....   | 110        |
| 72. Inadimplemento do devedor .....  | 110        |
| 73. Inadimplemento em contrato bilateral .....   | 112        |
| 74. Título executivo .....   | 113        |
| 75. Conteúdo do título executivo .....   | 114        |
| 75.1. Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível .....                    | 116        |
| 76. Forma dos títulos executivos .....   | 118        |
| 77. Execuções de dívida de pequeno valor perante Conselho de Classe .....                          | 118        |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Capítulo IX – TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS</b> .....   | 119 |
| 78. Execução de sentença e ação executiva .....  | 119 |
| 79. Impossibilidade de conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança .....             | 120 |
| 80. Posição do título executivo extrajudicial no atual regime processual brasileiro.....             | 120 |
| 81. Classificação.....   | 121 |
| 82. Títulos cambiários e cambiariformes .....  | 123 |
| 83. Duplicata .....  | 125 |
| I – Duplicata sem aceite .....   | 125 |
| II – Pluralidade de notas fiscais e faturas.....   | 129 |
| III – Duplicata e contrato de <i>factoring</i> .....   | 129 |
| IV – Duplicata emitida sob forma virtual.....  | 130 |
| 84. Boleto bancário.....   | 130 |
| 85. Registro fiscal das cambiais.....  | 131 |
| 86. Responsáveis cambiários.....   | 132 |
| 86.1. Fundos de investimento em direitos creditórios.....  | 134 |
| 87. Título cambial prescrito .....   | 135 |
| 88. Cambial cedida a empresa de <i>factoring</i> .....   | 136 |
| 89. Documento público ou particular .....  | 137 |
| 89.1. Contrato eletrônico de mútuo .....   | 140 |
| 90. Contrato com convenção arbitral .....  | 141 |
| 91. Confissões de dívida .....   | 141 |
| 92. O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal..... | 142 |
| 93. Hipoteca, penhor, anticrese e caução .....   | 142 |
| 94. Execução hipotecária .....   | 145 |
| I – Alienação do imóvel hipotecado .....   | 145 |
| II – Abandono do imóvel.....   | 145 |
| III – Remição pelo adquirente.....   | 145 |
| IV – Remição pelo executado.....   | 146 |
| V – Adjudicação pelo credor.....   | 146 |
| VI – Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel.....   | 146 |
| 95. A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).....               | 147 |
| 96. Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel.....  | 148 |
| 97. Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel.....      | 149 |
| 98. A hipoteca e a prescrição.....   | 149 |
| 99. Classificação das garantias. Cauções reais e fidejussórias .....                                 | 150 |
| 100. Fiança.....   | 151 |
| 101. Extensão da caução fidejussória.....  | 154 |
| 102. Seguros.....  | 155 |
| 103. Rendas imobiliárias.....  | 156 |

|   |  |            |
|---|--|------------|
| 104.  | Encargos de condomínio.....  | 158        |
| 105.  | O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral..... | 159        |
| 105.1.  | Legitimação passiva para a execução das contribuições condominiais.....  | 159        |
| 106.  | Dívida ativa da Fazenda Pública.....   | 160        |
| 107.  | Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....             | 165        |
| 108.  | Títulos executivos definidos em outras leis.....   | 165        |
| 109.  | Decisões dos Tribunais de Contas.....  | 166        |
| 110.  | Contrato administrativo e nota de empenho.....   | 167        |
| 111.  | Cédulas de crédito rural.....  | 167        |
| 111.1.  | Lei do Agronegócio.....  | 168        |
| 112.  | Outras cédulas de crédito.....   | 170        |
| 113.  | Títulos estrangeiros.....  | 172        |
| 114.  | Contrato de abertura de crédito.....   | 173        |
| 115.  | Conclusões.....  | 179        |
| 116.  | Invalidação do título executivo.....   | 179        |
| <b>Capítulo X – CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO CONSTANTE DO TÍTULO EXECUTIVO.....</b> |  | <b>183</b> |
| 117.  | Requisitos da obrigação retratada no título executivo.....   | 183        |
| 118.  | Conceito de certeza, liquidez e exigibilidade.....   | 184        |
| 119.  | Liquidação dos títulos executivos.....   | 185        |
| 120.  | Ilíquidez parcial da sentença.....   | 186        |
| 121.  | Prestações de trato sucessivo.....   | 186        |
| 121.1.  | Execução de aluguel provisório estabelecido em ação revisional.....  | 188        |
| <b>Capítulo XI – EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.....</b>  |  | <b>189</b> |
| 122.  | Procedimento da execução forçada.....  | 189        |
| 123.  | Observações sobre a petição inicial.....   | 190        |
| 124.  | Execução provisória de título extrajudicial.....   | 191        |
| <b>Capítulo XII – RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....</b>   |  | <b>194</b> |
| 125.  | Obrigação e responsabilidade.....  | 194        |
| 125.1.  | Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor.....   | 195        |
| I   | – Bens presentes e futuros.....  | 195        |
| II  | – Bens excluídos da responsabilidade patrimonial.....  | 196        |
| III   | – Bens de empresa individual de responsabilidade limitada.....   | 196        |
| 126.  | Responsabilidade e legitimação passiva para a execução.....  | 196        |
| 127.  | Responsabilidade executiva secundária.....   | 197        |

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 128. | Sucessor singular.....   | 198 |
|      | I – Alienação do bem litigioso.....  | 198 |
|      | II – Ampliação do regime aplicável à alienação do bem litigioso.....                               | 198 |
|      | III – Boa-fé do adquirente.....  | 199 |
|      | IV – Posição processual do terceiro adquirente.....  | 199 |
|      | V – Necessidade de intimação do terceiro adquirente.....   | 199 |
|      | VI – Defesa do terceiro adquirente.....  | 199 |
| 129. | Sócio.....   | 200 |
| 130. | Desconsideração da personalidade jurídica.....   | 203 |
|      | I – Desconsideração direta.....  | 203 |
|      | II – Desconsideração invertida.....  | 204 |
| 131. | Bens do devedor em poder de terceiros.....   | 205 |
| 132. | Dívida de cônjuge ou companheiro: tutela da meação.....  | 205 |
| 133. | Dívida do condomínio: responsabilidade dos condôminos.....   | 206 |
| 134. | Fraude de execução.....  | 206 |
| 135. | Bens objeto de ação fundada em direito real ou de pretensão reipersecutória (inciso I).....        | 209 |
| 136. | Bens vinculados a processo de execução (inciso II).....  | 210 |
| 137. | Bens sujeitos à hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial (inciso III).....          | 212 |
| 138. | Alienação que produz ou agrava a insolvência do devedor, na pendência de processo (inciso IV)..... | 214 |
|      | 138.1. Defesa do terceiro adquirente.....  | 215 |
| 139. | Demais casos expressos em lei (inciso V).....  | 215 |
| 140. | Visão pretoriana atual da fraude de execução.....  | 217 |
|      | I – Generalidades.....   | 217 |
|      | II – Jurisprudência formada ao tempo do CPC de 1973.....   | 218 |
|      | III – Regime do CPC de 2015.....   | 218 |
| 141. | Fraude à execução e má-fé.....   | 219 |
| 142. | Momento de configuração da fraude à execução.....  | 220 |
| 143. | A fraude por meio de negócio financeiro.....   | 220 |
| 144. | A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução.....          | 221 |
| 145. | A posição do terceiro adquirente em face da execução.....  | 223 |
| 146. | Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....                                 | 224 |
| 147. | Fraude de execução e bem de família.....   | 226 |
| 148. | Penhorabilidade excepcional do bem de família.....   | 228 |
| 149. | Credor titular de direito de retenção.....   | 230 |
| 150. | Execução contra o fiador.....  | 230 |
| 151. | Falecimento do devedor.....  | 231 |
| 152. | Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície... ..                     | 232 |
| 153. | Execução que envolva o direito real de laje.....   | 233 |
| 154. | A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução.....  | 233 |



|   |            |
|---|------------|
| 155. A defesa do responsável executivo secundário .....   | 234        |
| Fluxograma nº 1 – Redirecionamento da execução para terceiro adquirente da coisa litigiosa (art. 790) .....   | 237        |
| Fluxograma nº 2 – Redirecionamento da execução por quantia certa, no caso de alienação em fraude à execução, do bem penhorado ou penhorável (art. 792)..... | 238        |
| <b>Capítulo XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>   | <b>239</b> |
| 156. Normas do processo de conhecimento .....   | 239        |
| 157. Ação declaratória incidental.....  | 240        |
| 158. Poderes do juiz no processo de execução .....  | 242        |
| 159. Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça.....   | 243        |
| 160. Encargos da sucumbência: custas e honorários advocatícios .....  | 247        |
| <b>Capítulo XIV – AS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO .....</b>  | <b>250</b> |
| 161. Disposições gerais .....   | 250        |
| 162. Direito de preferência gerado pela penhora .....   | 250        |
| 163. Ampliação da tutela aos privilégios .....  | 253        |
| 164. Documentação da petição inicial.....   | 254        |
| I – Petição inicial da ação executiva .....   | 254        |
| II – Título executivo.....  | 254        |
| III – Obrigação sujeita a condição ou termo.....  | 254        |
| IV – Memória de cálculo.....  | 255        |
| 165. Outras providências a cargo do credor .....  | 255        |
| I – Obrigações alternativas.....  | 255        |
| II – Bens gravados com direitos reais ou já penhorados em outras execuções ...  | 256        |
| III – Imóvel objeto de compromisso de compra e venda.....   | 256        |
| IV – Imóvel sujeito a direito de superfície, de enfiteuse, ou de uso .....  | 256        |
| V – Quotas sociais ou ações.....  | 257        |
| VI – Medidas cautelares.....  | 257        |
| VII – Medidas indutivas e coercitivas .....   | 258        |
| VIII – Crédito sujeito a contraprestação.....   | 258        |
| IX – Contrato bilateral ou sinalagmático .....  | 258        |
| 166. Prevenção contra a fraude de execução por meio de registro público.....  | 259        |
| I – Averbação da execução por título executivo extrajudicial.....   | 259        |
| II – Averbação em caso de cumprimento de sentença.....  | 260        |
| 167. Efeito da averbação.....   | 261        |
| 168. Abuso do direito de averbação.....   | 261        |
| 169. Petição inicial incompleta ou mal instruída.....   | 262        |
| 170. Execução e prescrição.....   | 263        |
| 171. Prescrição intercorrente .....   | 264        |
| 172. A exceção de prescrição .....  | 265        |
| 173. Nulidades no processo de execução .....  | 266        |

**XVIII** | PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – *Humberto Theodoro Júnior*

|  |            |
|--|------------|
| 174. Imperfeição do título executivo.....  | 267        |
| 175. Falta de título executivo.....  | 267        |
| 176. Nulidade da execução fiscal.....  | 268        |
| 177. Vício da citação.....   | 268        |
| 178. Verificação da condição ou ocorrência do termo.....   | 270        |
| 179. A arguição das nulidades.....   | 271        |
| 180. Arrematação de bem gravado com direito real.....  | 271        |
| 181. Intimação de outros credores com penhora sobre os mesmos bens.....  | 273        |
| 182. Intimação de condômino em caso de penhora de cota de bem indivisível.....                                   | 274        |
| 183. Menor onerosidade na execução realizável por vários meios.....  | 275        |
| 184. Reação do executado à execução excessivamente onerosa.....  | 276        |
| 184.1. Notas conclusivas sobre o princípio da menor onerosidade da execução...                                   | 277        |
| 184.2. Execução precedida de ação cognitiva e medida cautelar de caução ..                                       | 279        |
| 185. Peculiaridades da citação executiva.....  | 281        |
| 186. Despacho da petição inicial e recurso.....  | 282        |
| <b>Capítulo XV – EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA.....</b>   | <b>283</b> |
| 187. Conceito.....   | 283        |
| 188. Entrega de coisa certa.....   | 284        |
| 189. Procedimento.....   | 285        |
| 190. Efeito dos embargos.....  | 287        |
| 191. Cominação de multa diária.....  | 287        |
| 192. Alienação da coisa devida.....  | 288        |
| 193. Execução da obrigação substitutiva.....   | 290        |
| 194. Iniciativa da conversão.....  | 292        |
| 195. Execução de coisa sujeita a direito de retenção.....  | 293        |
| 196. Casos especiais de execução para a entrega de coisa certa.....  | 295        |
| 197. Execução para entrega de coisa incerta.....   | 296        |
| 198. A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> .....   | 296        |
| 199. Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....          | 297        |
| 200. Embargos de retenção.....   | 297        |
| 201. Medidas de coerção e apoio utilizáveis na execução do título extrajudicial.....                             | 298        |
| Fluxograma nº 3 – Execução para entrega de coisa certa com base em título extrajudicial (arts. 806 a 810).....   | 299        |
| Fluxograma nº 4 – Execução para entrega de coisa incerta com base em título extrajudicial (arts. 811 a 813)..... | 300        |
| <b>Capítulo XVI – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....</b>  | <b>301</b> |
| 202. Introdução.....   | 301        |
| 203. O problema da execução das prestações de fato.....  | 302        |
| 204. Fungibilidade das prestações.....   | 303        |
| 205. A multa como meio de coação.....  | 304        |
| I – Revisão da multa.....  | 305        |

|   |            |
|---|------------|
| II – Impossibilidade de realização da prestação.....  | 305        |
| III – Procedimento para exigência da multa periódica.....   | 306        |
| 205.1. Critérios preconizados para a revisão das <i>astreintes</i> .....  | 306        |
| 206. Distinções preliminares.....   | 307        |
| 207. Princípios comuns.....   | 308        |
| 208. A sistemática de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....           | 309        |
| 209. Execução das prestações fungíveis.....   | 309        |
| 210. Realização da prestação fungível por terceiro.....   | 310        |
| 211. Inadimplência do terceiro contratante.....   | 312        |
| 212. Realização da prestação pelo próprio credor.....   | 313        |
| 213. Autotutela prevista no atual Código Civil.....   | 313        |
| 214. Execução das prestações infungíveis.....   | 314        |
| 215. Execução das prestações consistentes em declaração de vontade.....   | 315        |
| 216. Execução das obrigações de não fazer.....  | 316        |
| 217. Medidas sub-rogatórias e antecipatórias.....   | 316        |
| Fluxograma nº 5 – Execução das obrigações de fazer (prestações fungíveis) com base em título extrajudicial (arts. 815 a 820)..... | 317        |
| Fluxograma nº 6 – Execução das obrigações de fazer (prestações infungíveis) com base em título extrajudicial (art. 821).....      | 318        |
| Fluxograma nº 7 – Execução das obrigações de não fazer com base em título extrajudicial (arts. 822 e 823).....                    | 318        |
| <b>Capítulo XVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: GENERALIDADES.....</b>                                   | <b>319</b> |
| 218. Introdução.....  | 319        |
| 219. Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados.....  | 319        |
| 220. O objetivo da execução por quantia certa.....  | 321        |
| 221. Espécies.....  | 322        |
| 222. Execução por quantia certa contra o devedor solvente.....  | 322        |
| 223. Proposição.....  | 323        |
| 224. Arbitramento dos honorários advocatícios antes da citação.....   | 325        |
| 224.1. Honorários advocatícios em execução extinta por acordo.....  | 327        |
| 225. Honorários em exceção de pré-executividade.....  | 329        |
| 226. Redução da verba advocatícia arbitrada.....  | 329        |
| 227. Majoração da verba advocatícia arbitrada.....  | 330        |
| 228. Arresto de bens do devedor não encontrado.....   | 330        |
| <b>Capítulo XVIII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: INSTRUÇÃO PELA PENHORA.....</b>                         | <b>332</b> |
| 229. Instrução.....   | 332        |
| 230. Penhora.....   | 333        |
| 231. Procedimento da penhora e avaliação.....   | 335        |

|   |     |
|---|-----|
| I – Realização da penhora.....  | 335 |
| II – Falta de nomeação de bens à penhora.....   | 336 |
| III – Intimação da penhora.....   | 336 |
| 232. Realização prática da penhora.....   | 337 |
| 233. Natureza jurídica da penhora.....  | 338 |
| 234. Extensão da penhora.....   | 340 |
| 235. Razão da impenhorabilidade do capital de giro.....   | 343 |
| 236. Objeto da penhora: bens penhoráveis.....   | 345 |
| 237. Bens impenhoráveis.....  | 346 |
| 238. Noção de impenhorabilidade.....  | 347 |
| 239. Bens absolutamente impenhoráveis.....  | 347 |
| 239.1. Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I).....             | 348 |
| 239.2. Os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado (art. 833, II).....   | 349 |
| 239.3. Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor (art. 833, III)..... | 350 |
| 239.4. Os vencimentos e outras verbas de natureza alimentar (art. 833, IV) ...  | 350 |
| 239.4.1. Ressalva em prol dos créditos alimentícios.....  | 351 |
| 239.4.2. Progressivas limitações à impenhorabilidade das verbas alimentares.....  | 352 |
| 239.4.3. Limitação da impenhorabilidade ao último salário mensal.....   | 353 |
| 239.4.4. Limitação da impenhorabilidade a parte da remuneração.....   | 354 |
| 239.4.5. Limitações geradas pelo CPC/2015.....  | 355 |
| 239.4.6. Limitação da penhora de honorários advocatícios com preservação de parcela superior a 50 salários mínimos..... | 355 |
| 239.4.7. Possibilidade de penhora parcial dos proventos de aposentadoria.....   | 356 |
| 239.4.8. Limitação da penhora de proventos advindos de aposentadoria privada de caráter complementar.....               | 356 |
| 239.4.9. Limitação da penhora referente às verbas recebidas a título de rescisão trabalhista.....                       | 358 |
| 239.5. Os bens necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado (art. 833, V).....                           | 359 |
| 239.6. O seguro de vida (art. 833, VI).....   | 360 |
| 239.6.1. Plano de previdência privada (pecúlio).....  | 361 |
| 239.7. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas (art. 833, VII).....           | 361 |
| 239.8. A pequena propriedade rural (art. 833, VIII).....  | 362 |
| 239.8.1. A propósito das dimensões da pequena propriedade rural.....  | 363 |
| 239.8.2. Impenhorabilidade da propriedade rural como bem de família.....  | 364 |
| 239.9. Os recursos públicos recebidos por instituições privadas (art. 833, IX) ...                                      | 365 |

|   |            |
|---|------------|
| 239.10. A quantia depositada em caderneta de poupança (art. 833, X) .....   | 365        |
| 239.10.1. Interpretação extensiva do inciso X para abarcar outras modalidades de aplicação financeira.....  | 366        |
| 239.11. Os recursos públicos oriundos do fundo partidário (art. 833, XI).....   | 367        |
| 239.12. Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII)..... | 368        |
| 240. Ressalva geral da impenhorabilidade .....  | 368        |
| 241. Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....   | 369        |
| 242. Impenhorabilidades previstas em leis especiais: o bem de família (Lei 8.009/1990).....   | 369        |
| 242.1. Impenhorabilidade do bem gravado de alienação fiduciária em garantia (CC, art. 1.361, Decreto-Lei nº 911/1969).....                                  | 374        |
| 242.2. Impenhorabilidade dos bens vinculados às cédulas de crédito rural e industrial (Decreto-Lei nº 167/1967) .....                                       | 375        |
| 242.3. Impenhorabilidade de receita de espetáculos artísticos (Lei nº 9.610/1998).....  | 375        |
| 242.4. O patrimônio de afetação como mecanismo de restrição à penhorabilidade .....   | 375        |
| 243. Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....   | 376        |
| 244. Renúncia à impenhorabilidade .....   | 377        |
| 245. Bens relativamente impenhoráveis .....   | 378        |
| 246. As quotas ou ações de sociedades empresariais.....   | 379        |
| 247. Ilegalidade da penhora .....   | 382        |
| 248. Remição da execução.....   | 383        |
| 249. Limites da penhora .....   | 384        |
| 250. Valor dos bens penhoráveis .....   | 384        |
| 250.1. Penhora de arma de fogo.....   | 385        |
| <br>  |            |
| <b>Capítulo XIX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: PROCESSAMENTO DA PENHORA .....</b>  | <b>386</b> |
| 251. Nomeação de bens à penhora.....  | 386        |
| 252. Falta de nomeação de bens na petição inicial .....   | 386        |
| 253. Ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar.....   | 387        |
| 254. Outras exigências a serem cumpridas na escolha dos bens a penhorar, por qualquer das partes.....   | 389        |
| I – Prioridade do dinheiro na gradação dos bens penhoráveis.....  | 389        |
| II – Equiparação ao dinheiro da fiança bancária e do seguro garantia judicial....   | 389        |
| III – As garantias reais e a preferência para a penhora .....   | 391        |
| IV – Eventos comprometedores da eficácia da nomeação de bens à penhora..  | 391        |
| 255. Penhora de bens escolhidos pelo executado.....   | 391        |
| 256. Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar .....  | 392        |
| 257. Nomeação de bens pelo exequente .....  | 392        |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| 258.   | Investigação patrimonial para viabilizar a penhora .....                                       | 393        |
| 259.   | Situação dos bens a penhorar .....   | 394        |
| 260.   | Bens fora da comarca.....  | 395        |
| 261.   | Penhora pelo oficial de justiça.....   | 396        |
| 262.   | Impedimentos e obstáculos à realização da penhora .....  | 397        |
|  | I – Inexpressividade dos bens a penhorar.....  | 397        |
|  | II – Necessidade de arrombamento .....   | 398        |
|  | III – Resistência do executado.....  | 398        |
|  | IV – Impedimento da penhora em razão de falecimento do executado.....                          | 398        |
| 263.   | Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....                   | 399        |
| 264.   | Intimação da penhora.....  | 399        |
|  | I – Penhora realizada pelo Oficial de Justiça.....   | 399        |
|  | II – Penhora por ato do escrivão.....  | 401        |
|  | III – Penhora de imóveis e veículos automotores .....  | 401        |
|  | IV – Penhora de imóvel pertencente a executado casado.....                                     | 401        |
| 265.   | Alienação antecipada dos bens penhorados.....  | 402        |
| <br><b>Capítulo XX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: PENHORA E SUAS PARTICULARIDADES .....</b> |  | <b>404</b> |
| 266.   | Particularidades da penhora de certos bens.....  | 404        |
| 267.   | Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira.....                                   | 404        |
|  | I – Penhora <i>on-line</i> .....   | 404        |
|  | II – Indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome do executado.....              | 405        |
|  | III – Bacen Jud.....   | 407        |
|  | IV – Cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva.....                                 | 407        |
|  | V – Cumprimento parcial do bloqueio .....  | 408        |
|  | VI – Intimação e defesa do executado.....  | 408        |
|  | VII – Indisponibilidade procedida em conta conjunta.....                                       | 408        |
|  | VIII – Decisão do juiz.....  | 409        |
|  | IX – Conversão da indisponibilidade em penhora.....  | 410        |
|  | X – Pagamento da dívida.....   | 410        |
|  | XI – Responsabilidade das instituições financeiras.....  | 410        |
|  | XII – Penhora <i>on-line</i> de conta de partido político .....                                | 411        |
|  | XIII – Penhora de moeda estrangeira.....   | 411        |
| 268.   | Impenhorabilidade do saldo bancário.....   | 411        |
| 269.   | Penhora de parte do faturamento da empresa executada .....                                     | 413        |
| 270.   | Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento .....                         | 416        |
| 271.   | Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....                        | 417        |
| 272.   | Equiparação da penhora de mão própria à penhora de dinheiro.....                               | 419        |
| 273.   | Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor..... | 420        |
| 274.   | Penhora de ações e quotas sociais.....   | 421        |

|   |     |
|---|-----|
| I – Procedimento.....   | 421 |
| II – Diligências a serem adotadas pela sociedade após a penhora .....   | 421 |
| III – Liquidação das quotas ou ações.....   | 421 |
| IV – Prazo para cumprimento das diligências.....  | 422 |
| V – Leilão judicial das quotas ou das ações.....  | 422 |
| VI – Procedimento para as sociedades anônimas de capital aberto.....  | 422 |
| 275. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais.....   | 422 |
| 276. Penhora de direitos e ações.....   | 423 |
| 277. Penhora sobre créditos do executado .....  | 424 |
| 278. Sub-rogação do exequente nos direitos do executado .....   | 425 |
| 279. Penhora no rosto dos autos.....  | 425 |
| 280. Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....  | 426 |
| 281. Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....   | 427 |
| 282. Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária.....                                     | 428 |
| 283. Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....  | 428 |
| 284. Penhora de navio ou aeronave.....  | 429 |
| 285. Penhora de imóvel.....   | 429 |
| 286. Penhora de imóvel e veículos automotores situados fora da comarca da execução....                                    | 433 |
| 287. Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa.....  | 435 |
| 288. Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens. Reunião das execuções...  | 435 |
| 288.1. Intimações de outros exequentes com igual penhora .....  | 437 |
| 288.2. Requisitos da reunião de execuções.....  | 437 |
| 289. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....  | 438 |
| I – Conceito.....   | 438 |
| II – Procedimento .....   | 439 |
| III – Nomeação do administrador-depositário.....  | 440 |
| IV – O administrador-depositário.....   | 440 |
| V – Celebração de contrato de locação do móvel ou imóvel.....   | 440 |
| VI – Pagamento da dívida.....   | 440 |
| 290. Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....   | 441 |
| 291. Modificações da penhora.....   | 441 |
| 292. Substituição da penhora.....   | 443 |
| 293. Substituição por iniciativa de qualquer das partes .....   | 444 |
| 294. Substituição por iniciativa do executado .....   | 445 |
| 295. Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....   | 446 |
| 296. Menor onerosidade para o executado .....   | 447 |
| 297. Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....   | 447 |
| 298. Liberação da penhora por remição.....  | 449 |
| Fluxograma nº 8 – Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira<br>(Penhora <i>on-line</i> ) (art. 854)..... | 451 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>Capítulo XXI – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PENHORADOS.....</b>          | <b>452</b> |
| 299. Depósito dos bens penhorados.....   | 452        |
| 300. Nomeação do depositário.....  | 454        |
| 301. Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos..... | 455        |
| 302. Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....   | 456        |
| 303. Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos.....                                | 456        |
| 304. Função do depositário.....  | 457        |
| 305. Depositário comum e depositário administrador.....  | 459        |
| 306. Direitos e deveres do depositário.....  | 460        |
| 307. Ações sobre a posse e o domínio dos bens penhorados.....  | 461        |
| 308. Responsabilidade do depositário.....  | 462        |
| 309. Ação de depósito.....   | 462        |
| 310. Ação de prestação de contas.....  | 464        |
| 311. Ação de indenização.....  | 465        |
| 312. Entrega de bens após a expropriação executiva.....  | 466        |
| 313. Prisão civil do depositário judicial.....   | 467        |
| <b>Capítulo XXII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: A EXPROPRIAÇÃO.....</b>                                       | <b>469</b> |
| 314. Conceito.....   | 469        |
| 314.1. Modalidades de expropriação.....  | 469        |
| I – Variações do ato expropriatório.....   | 469        |
| II – Ordem de preferência entre os meios expropriatórios.....  | 469        |
| III – Remição dos bens penhorados.....   | 470        |
| 315. Avaliação.....  | 471        |
| 316. O encarregado da avaliação.....   | 471        |
| 317. Laudo de avaliação.....   | 472        |
| 318. Dispensa da avaliação.....  | 473        |
| 319. Avaliação de bem imóvel.....  | 474        |
| 320. Avaliação e contraditório.....  | 474        |
| 321. Repetição da avaliação.....   | 475        |
| I – Cabimento.....   | 475        |
| II – Realização especial de nova avaliação.....  | 476        |
| III – Regras a observar na segunda avaliação.....  | 476        |
| IV – Impugnação à avaliação.....   | 477        |
| 322. Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva.....                                      | 478        |
| <b>Capítulo XXIII – ADJUDICAÇÃO.....</b>   | <b>480</b> |
| 323. Introdução.....   | 480        |
| 324. Conceito de adjudicação.....  | 480        |
| 325. Requisitos da adjudicação.....  | 481        |
| 326. Intimação do executado.....   | 482        |



|   |            |
|---|------------|
| 327. Depósito do preço.....   | 482        |
| 328. Legitimação para adjudicar.....  | 483        |
| 329. Adjudicação por credor.....  | 485        |
| 330. Condições de admissibilidade da adjudicação por credor.....                                      | 485        |
| 331. Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado.....                | 486        |
| 332. Adjudicação (remição) do bem hipotecado após o praxeamento.....                                  | 487        |
| 333. Prazo para a adjudicação.....  | 488        |
| 334. Concurso entre pretendentes à adjudicação.....   | 489        |
| 335. Auto de adjudicação.....   | 491        |
| 336. Aperfeiçoamento da adjudicação.....  | 492        |
| 337. Invalidação ou desconstituição da adjudicação.....   | 492        |
| 338. Carta de adjudicação.....  | 492        |
| 339. Remição do imóvel hipotecado.....  | 493        |
| 340. Efeito prejudicial da remição sobre a adjudicação.....   | 495        |
| <b>Capítulo XXIV- ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR.....</b>  | <b>496</b> |
| 341. As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular..... | 496        |
| I – Cabimento da alienação por iniciativa particular.....   | 496        |
| II – Procedimento.....  | 496        |
| III – Escolha do corretor ou leiloeiro público para a alienação por iniciativa particular.....        | 497        |
| 342. O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular.....                                   | 497        |
| I – Valor a observar na alienação.....  | 497        |
| II – Vantagens da alienação por iniciativa particular reconhecidas doutrinariamente.....              | 499        |
| 343. Formalização da alienação por iniciativa particular.....   | 500        |
| 344. Carta de alienação.....  | 500        |
| I – Alienação de bem imóvel.....  | 500        |
| II – Alienação de bem móvel.....  | 501        |
| III – Invalidação ou desconstituição da alienação por iniciativa particular.....                      | 501        |
| <b>Capítulo XXV – ALIENAÇÃO EM LEILÃO JUDICIAL.....</b>   | <b>502</b> |
| 345. Conceito de leilão judicial e arrematação.....   | 502        |
| 346. Natureza jurídica.....   | 502        |
| 347. Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....  | 503        |
| I – Espécies de hasta pública.....  | 503        |
| II – Conteúdo dos editais.....  | 504        |
| III – Regulamentação especial do leilão eletrônico.....   | 506        |
| IV – Lugar do leilão.....   | 506        |
| 348. Leiloeiro público.....   | 506        |

|  |     |
|--|-----|
| I – Escolha do leiloeiro.....  | 506 |
| II – Deveres do leiloeiro .....  | 507 |
| III – Remuneração do leiloeiro .....   | 507 |
| 349. Leilão eletrônico (particularidades) .....                                | 508 |
| 350. Editais e outras divulgações da hasta pública.....                        | 509 |
| 351. Intimação do devedor.....   | 510 |
| 352. Outras intimações.....  | 511 |
| I – Outros credores com direito incidente sobre os bens a leiloar.....         | 511 |
| II – Titulares de direito real sobre o bem a leiloar .....                     | 512 |
| 353. Adiamento da hasta pública.....   | 513 |
| 354. O leilão judicial.....  | 514 |
| I – Arrematação .....  | 514 |
| II – Frustração da alienação judicial .....                                    | 514 |
| III – Repulsa ao preço vil .....   | 514 |
| IV – Situação pós fracasso do leilão .....                                     | 515 |
| V – O papel do juiz na alienação mediante leilão.....                          | 515 |
| 355. Legitimação para arrematar.....   | 516 |
| 356. Leilão de múltiplos bens.....   | 517 |
| 357. Forma de pagamento da arrematação .....                                   | 518 |
| 358. Auto de arrematação.....  | 519 |
| 359. Arrematação de imóveis.....   | 520 |
| 360. Oportunidade da proposta de arrematação a prazo.....                      | 522 |
| 361. Requisitos mínimos da proposta.....                                       | 522 |
| I – Mora ou inadimplemento do adquirente.....                                  | 523 |
| II – Realização do leilão, não obstante a proposta de parcelamento.....        | 523 |
| 362. O cumprimento das prestações.....   | 524 |
| 363. Remédios contra os vícios da arrematação.....                             | 524 |
| 364. Desistência da arrematação .....  | 526 |
| 365. Perda de eficácia da arrematação.....                                     | 527 |
| I – Regime do CPC/1973.....  | 527 |
| II – Regime do CPC/2015.....   | 531 |
| 366. Natureza da perda de efeitos da arrematação.....                          | 532 |
| 367. Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros ..... | 534 |
| 368. Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....       | 534 |
| 369. Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor.....    | 534 |
| 370. Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....           | 535 |
| 371. Carta de arrematação.....   | 536 |
| 372. Arrematação e remição da execução.....                                    | 538 |
| 373. Efeitos da arrematação.....   | 539 |
| 374. Evicção e arrematação .....   | 540 |
| 375. Vícios redibitórios .....   | 541 |
| 376. Ação anulatória da arrematação.....                                       | 542 |
| 377. Remição dos bens arrematados.....   | 543 |

|   |            |
|---|------------|
| 378. Efeito prejudicial da remição sobre o ato expropriatório .....                                   | 543        |
| 379. Outros casos de remição de bens dados em garantia real .....                                     | 544        |
| <b>Capítulo XXVI – APROPRIAÇÃO DE FRUTOS E RENDIMENTOS .....</b>                                      | <b>546</b> |
| 380. Modalidade especial de expropriação .....  | 546        |
| 381. Iniciativa.....  | 546        |
| 382. Pressuposto .....  | 547        |
| 383. Procedimento.....  | 547        |
| 384. Pagamento ao exequente.....  | 547        |
| <b>Capítulo XXVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: PAGAMENTO AO CREDOR .....</b>                         | <b>548</b> |
| 385. Observações preliminares.....  | 548        |
| 386. Última etapa do processo de execução.....  | 549        |
| 387. Entrega do dinheiro .....  | 549        |
| 388. Levantamento a maior .....   | 550        |
| 389. O pagamento no caso de fiança bancária e seguro garantia judicial.....                           | 551        |
| 390. Concurso de preferência sobre o produto da execução .....  | 551        |
| 390.1. Reunião das execuções para processamento do concurso de preferências.....                      | 555        |
| 391. Das preferências de direito substancial .....  | 557        |
| 392. O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado.....           | 558        |
| 393. Disputa entre o cliente e o advogado no concurso de preferências.....                            | 559        |
| Fluxograma nº 9 – Execução por quantia certa com base em título extrajudicial (arts. 824 a 869) ..... | 563        |
| <b>Capítulo XXVIII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DÍVIDA DA FAZENDA PÚBLICA.....</b>                   | <b>564</b> |
| 394. Execução contra a Fazenda Pública.....   | 564        |
| I – Título judicial (cumprimento de sentença) .....   | 565        |
| II – Título extrajudicial.....  | 566        |
| 394.1. Prescrição.....  | 566        |
| 394.2. Cancelamento do precatório e prescrição da execução contra a Fazenda Pública.....              | 567        |
| 395. Procedimento.....  | 570        |
| 396. Defesa da Fazenda Pública.....   | 571        |
| I – Conteúdo dos embargos à execução .....  | 571        |
| II – Cumulação de execuções.....  | 571        |
| III – Arguição de incompetência .....   | 572        |
| IV – Arguição de suspeição ou impedimento .....   | 572        |
| V – Excesso de execução.....  | 572        |

|  |            |
|--|------------|
| 397. Julgamento .....  | 572        |
| I – Execução embargada .....   | 572        |
| II – Execução não embargada .....  | 572        |
| III – Honorários advocatícios .....  | 573        |
| IV – Erro e excessos nos cálculos homologados .....  | 574        |
| V – Ordem de preferência para o cumprimento dos precatórios. Credores idosos ou portadores de doença grave e pessoas deficientes ..... | 574        |
| VI – Acordos diretos para pagamento de precatórios .....   | 575        |
| 398. Opção entre execução e ordinária de cobrança contra a Fazenda Pública .....   | 575        |
| 399. Execução fiscal contra a Fazenda Pública .....  | 576        |
| 400. Execução contra entidade da Administração Indireta .....  | 576        |
| 401. Execução de obrigação de dar .....  | 577        |
| Fluxograma n° 10 – Execução contra a Fazenda Pública com base em título extrajudicial (art. 910) .....                                 | 578        |
| <b>Capítulo XXIX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS EM MATÉRIA DE ALIMENTOS .....</b>                              | <b>579</b> |
| 402. Introdução .....  | 579        |
| 403. Execução autônoma da prestação alimentícia .....  | 579        |
| 404. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015 .....   | 580        |
| 405. Averbação em folha de pagamento .....   | 580        |
| 406. Prisão civil do devedor .....   | 581        |
| 407. Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos .....   | 583        |
| Fluxograma n° 11 – Execução de prestação de alimentos com base em título extrajudicial (arts. 911 a 913) .....                         | 584        |
| <b>Capítulo XXX – A DEFESA DO DEVEDOR. INCIDENTES DA EXECUÇÃO .....</b>  | <b>585</b> |
| 408. Resistência à execução .....  | 585        |
| 409. Outros meios impugnativos .....   | 586        |
| 410. Exceção de pré-executividade .....  | 588        |
| 411. Embargos e impugnação .....   | 594        |
| 412. Natureza jurídica dos embargos à execução .....   | 597        |
| 412.1. Sucumbência nos embargos à execução .....   | 598        |
| 413. Classificação dos embargos do devedor .....   | 599        |
| 414. Legitimação .....   | 600        |
| 415. Autonomia dos embargos de cada executado .....  | 601        |
| 416. Competência .....   | 603        |
| 417. Generalidades sobre o processamento dos embargos .....  | 604        |
| 418. Segurança do juízo .....  | 606        |
| 419. Prazo para propositura dos embargos do devedor .....  | 607        |
| 420. Litisconsórcio passivo e prazo para embargar .....  | 609        |
| 421. Rejeição liminar dos embargos .....   | 609        |

|   |            |
|---|------------|
| I – Casos de rejeição liminar dos embargos .....                                | 609        |
| II – Embargos intempestivos .....   | 610        |
| III – Inépcia da petição inicial e outros casos de indeferimento .....          | 610        |
| IV – Vícios sanáveis .....  | 612        |
| V – Natureza do indeferimento.....  | 612        |
| VI – Embargos protelatórios.....  | 613        |
| 422. Procedimento.....  | 614        |
| 423. A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....           | 615        |
| 424. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé..... | 617        |
| 425. Os embargos à execução e a revelia do embargado .....                      | 618        |
| 426. Efeitos dos embargos sobre a execução.....                                 | 620        |
| 427. Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....                          | 621        |
| 428. Embargos parciais .....  | 622        |
| 429. Embargos de um dos coexecutados .....                                      | 623        |
| 430. Embargos fundados em excesso de execução.....                              | 623        |
| 431. Embargos à execução de sentença .....                                      | 624        |
| 432. Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento .....                  | 625        |
| 433. Embargos de retenção por benfeitorias.....                                 | 625        |
| 434. Embargos à execução de título extrajudicial .....                          | 626        |
| 435. Arguição de nulidade da execução .....                                     | 627        |
| 436. Vícios da penhora e da avaliação .....                                     | 628        |
| 436.1. Excesso de execução e excesso de penhora.....                            | 629        |
| 437. Excesso de execução .....  | 630        |
| 438. Cumulação indevida de execuções.....                                       | 631        |
| 439. Retenção por benfeitorias .....  | 631        |
| 440. Defesas próprias do processo de conhecimento .....                         | 632        |
| 441. Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente.....                     | 633        |
| 442. Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução.....               | 634        |
| 443. Sucumbência nos embargos do devedor.....                                   | 635        |
| 444. Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação .....                     | 636        |
| 445. Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015 .....      | 637        |
| 446. Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015 .....               | 637        |
| 447. A posição especial do arrematante .....                                    | 638        |
| 448. Sucumbência na exceção de pré-executividade .....                          | 639        |
| Fluxograma nº 12 – Embargos à execução (arts. 914 a 920) .....                  | 641        |
| <b>Capítulo XXXI – PARCELAMENTO JUDICIAL DO CRÉDITO EXEQUENDO..</b>             | <b>642</b> |
| 449. Moratória legal.....   | 642        |
| 450. Requisitos para a obtenção do parcelamento .....                           | 642        |
| 451. Procedimento do incidente.....   | 644        |
| 452. Indeferimento do parcelamento.....   | 645        |
| 453. Descumprimento do parcelamento .....                                       | 645        |
| Fluxograma nº 13 – Parcelamento judicial do crédito exequendo (art. 916) .....  | 647        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>Capítulo XXXII – EMBARGOS DE TERCEIRO .....</b>   | <b>648</b> |
| 454. Conceito .....  | 648        |
| 455. Objeto dos embargos .....   | 649        |
| 456. Legitimação ativa .....   | 650        |
| 457. Legitimação passiva .....   | 652        |
| 458. Valor da causa .....  | 652        |
| 459. Competência .....   | 653        |
| 460. Oportunidade .....  | 653        |
| 461. Julgamento e recurso .....  | 654        |
| 462. Procedimento .....  | 655        |
| 463. Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar .....   | 655        |
| 464. Efeitos do julgamento do mérito dos embargos .....  | 656        |
| 465. Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real .....                                     | 656        |
| 466. Sucumbência na ação de embargos de terceiro .....   | 657        |
| Fluxograma nº 14 – Embargos de terceiros (arts. 674 a 681) .....   | 659        |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo XXXIII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR INSOLVENTE: INSOLVÊNCIA CIVIL .....</b> | <b>660</b> |
| 467. Introdução .....  | 660        |
| 468. Execução coletiva e execução singular .....   | 660        |
| 469. Pressupostos da execução coletiva .....   | 662        |
| 470. Efeitos da declaração de insolvência .....  | 664        |
| 471. Características da execução coletiva .....  | 665        |
| 472. Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil .....                                     | 666        |
| 473. Insolvência de cônjuges .....   | 667        |
| 474. Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo .....                         | 667        |
| 475. Caracterização da insolvência .....   | 669        |
| 476. Legitimação .....   | 670        |
| 477. Insolvência requerida pelo credor .....   | 672        |
| 478. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio .....   | 676        |
| 479. Competência .....   | 679        |
| 480. Declaração judicial de insolvência .....  | 680        |
| 481. Atribuições do administrador da massa .....   | 682        |
| 482. Verificação e classificação dos créditos .....  | 684        |
| 483. Credores retardatários e credores sem título executivo .....  | 687        |
| 484. Quadro geral de credores .....  | 687        |
| I – Inexistindo impugnação .....   | 687        |
| II – Existindo impugnação .....  | 688        |
| 485. Apuração do ativo e pagamento dos credores .....  | 689        |
| 486. Encerramento e suspensão do processo .....  | 690        |
| 487. Saldo devedor .....   | 691        |
| 488. Extinção das obrigações .....   | 692        |

|  |            |
|--|------------|
| 489. Concordata civil.....   | 694        |
| 490. Pensão para o devedor.....  | 695        |
| 491. Insolvência de pessoas jurídicas.....   | 695        |
| Fluxograma nº 15 – Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 773 do CPC/1973)..... | 697        |
| Fluxograma nº 16 – Extinção das obrigações do insolvente (arts. 777 a 782 do CPC/1973).....                | 698        |
| <b>Capítulo XXXIV – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSOS.....</b>                        | <b>699</b> |
| 492. Suspensão da execução.....  | 699        |
| 493. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015.....   | 701        |
| I – Previsões do art. 313.....   | 701        |
| II – Previsão do art. 315.....   | 702        |
| III – Suspensão convencional (art. 313, II).....   | 703        |
| IV – Suspensão para parcelamento legal do débito.....  | 703        |
| V – Suspensão por transação.....   | 703        |
| 494. Suspensão provocada por embargos.....   | 704        |
| 495. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....   | 704        |
| 496. Suspensão e prescrição intercorrente.....   | 705        |
| I – Execução por quantia certa.....  | 705        |
| II – Outras modalidades de execução.....   | 708        |
| III – Prescrição intercorrente e honorários advocatícios.....  | 708        |
| 497. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015... ..                       | 709        |
| 498. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor.....                                     | 711        |
| 499. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados.....               | 711        |
| 500. Suspensão em razão do parcelamento do débito.....   | 712        |
| 501. Inocorrência de suspensão da execução por superveniência de ação cognitiva.....                       | 712        |
| 502. Suspensão da execução em virtude de recuperação judicial.....   | 712        |
| 503. Suspensão da execução em virtude de liquidação extrajudicial.....                                     | 713        |
| 504. Suspensão da execução em virtude de consignação em pagamento.....                                     | 714        |
| 505. Suspensão da execução em razão do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....         | 714        |
| 506. Suspensão da execução em virtude de falência do executado.....  | 715        |
| 507. Superposição de penhoras não acarreta suspensão da execução.....                                      | 715        |
| 508. Efeitos da suspensão.....   | 716        |
| 509. Extinção da execução.....   | 717        |
| I – Quando a petição inicial for indeferida.....   | 717        |
| II – Quando o devedor satisfizer a obrigação.....  | 718        |
| III – Quando o executado obtiver, por qualquer outro meio, a extinção total da dívida.....                 | 719        |

|  |            |
|--|------------|
| IV – Quando o exequente renunciar ao crédito.....  | 720        |
| V – Quando ocorrer a prescrição intercorrente.....   | 720        |
| 510. Outros casos de extinção da execução .....  | 720        |
| 511. Sentença de extinção.....   | 722        |
| 512. Extinção parcial da execução.....   | 724        |
| 513. Recursos no processo de execução .....  | 724        |
| 514. Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes .....                     | 725        |
| 515. Efeitos dos recursos.....   | 727        |
| 516. Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....                  | 727        |
| 517. Causas de alçada.....   | 728        |
| 518. Recursos extraordinário e especial .....  | 728        |
| Fluxograma nº 17 – Suspensão do processo e prescrição intercorrente (art. 921, III)...       | 729        |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo XXXV – EXECUÇÃO FORÇADA E COISA JULGADA .....</b>                                | <b>730</b> |
| 519. Introdução.....   | 730        |
| 520. Processo de execução.....   | 730        |
| 521. Diferenças fundamentais entre o processo de conhecimento e o processo de execução ..... | 731        |
| 522. Execução forçada no atual direito brasileiro .....                                      | 732        |
| 523. Embargos à execução.....  | 734        |
| 524. Coisa julgada e estabilidade dos efeitos da execução forçada .....                      | 737        |
| 525. Repetição do pagamento indevido .....   | 742        |
| 526. Jurisdição e execução.....  | 744        |
| 527. Opiniões de Carnelutti e Micheli.....   | 745        |
| 528. Preclusão <i>pro iudicato</i> .....   | 747        |
| 529. Execução injusta no CPC/2015 .....  | 749        |
| 530. Conclusões .....  | 750        |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo XXXVI – EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA..</b>                        | <b>752</b> |
| 531. Procedimento especial da execução fiscal .....  | 752        |
| 532. Simplificação da petição inicial.....   | 753        |
| 533. Despacho da inicial.....  | 754        |
| 534. Citação do devedor .....  | 754        |
| 535. Prescrição .....  | 755        |
| 535.1. Teses vinculantes firmadas pelo STJ em matéria de prescrição intercorrente.....       | 756        |
| 535.2. Fraude à execução fiscal .....  | 758        |
| 536. Penhora.....  | 759        |
| 537. Remoção e substituição dos bens penhorados.....   | 760        |
| 538. Embargos do devedor.....  | 760        |
| I – Noções gerais .....  | 760        |
| II – Matéria argüível.....   | 762        |



|   |     |
|---|-----|
| III – Vedação à exceção de compensação .....              | 762 |
| 539. Expropriação.....                                    | 764 |
| 540. Arrematação.....                                     | 764 |
| 541. Adjudicação .....                                    | 765 |
| 542. Despesas processuais.....                            | 766 |
| 542.1. Extinção do executivo sem resolução do mérito..... | 767 |
| 543. Recursos .....                                       | 767 |

### TÍTULO III CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

|  |            |
|--|------------|
| <b>Capítulo XXXVII – A EXECUÇÃO FORÇADA COM BASE EM TÍTULO JUDICIAL .....</b>                    | <b>769</b> |
| 544. As vias executivas no processo civil brasileiro .....                                       | 769        |
| 545. A execução como ofício normal do juiz.....  | 769        |
| 546. O cumprimento de sentença no CPC/2015.....  | 771        |
| <b>Capítulo XXXVIII – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA .....</b>                             | <b>773</b> |
| 547. A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados..... | 773        |
| 548. Cumprimento de sentença e contraditório.....  | 776        |
| 549. Necessidade de requerimento do exequente .....  | 776        |
| 550. Intimação do devedor.....   | 778        |
| I – Regra geral.....   | 778        |
| II – Exceções .....  | 779        |
| III – Intimação presumida .....  | 779        |
| IV – Inatividade processual longa.....   | 780        |
| V – Prazo da intimação .....   | 780        |
| 551. Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários.....                                      | 780        |
| 552. Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças.....                                    | 781        |
| 553. A possibilidade de execução com base em sentença declaratória .....                         | 782        |
| 553.1. Efeito implícito do accertamento efetuado pela sentença .....                             | 785        |
| 554. A possibilidade de execução da sentença de improcedência da demanda.....                    | 787        |
| 555. Tutela interdital como padrão.....  | 789        |
| 556. Defesa do executado .....   | 790        |
| 557. Impugnação à validade dos atos posteriores ao prazo do art. 525 .....                       | 791        |
| 558. Cumprimento por iniciativa do devedor .....   | 792        |
| 559. O cumprimento forçado por iniciativa do devedor no caso de dívida de dinheiro....           | 793        |
| 560. Sucumbência.....  | 794        |
| I – Regime do Código de 1973 .....   | 794        |
| II – Regime do atual Código.....   | 795        |
| III – Sucumbência na impugnação ao cumprimento da sentença .....                                 | 795        |

**XXXIV** | PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – *Humberto Theodoro Júnior*

|  |            |
|--|------------|
| IV – Base de cálculo da verba advocatícia .....  | 796        |
| V – Despesas e custas do cumprimento de sentença .....   | 797        |
| 561. Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....   | 797        |
| 562. Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....             | 799        |
| <b>Capítulo XXXIX – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER .....</b>                                  | <b>800</b> |
| 563. Noção de obrigação de fazer e não fazer.....  | 800        |
| 564. Execução específica e execução substitutiva.....  | 801        |
| 565. Tutela específica.....  | 802        |
| I – Técnica processual na legislação anterior (tutela específica e tutela subsidiária).....  | 802        |
| 566. Tutela substitutiva .....   | 804        |
| 567. Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....   | 805        |
| 568. Conversão em perdas e danos .....   | 807        |
| 569. A multa (astreinte).....  | 808        |
| I – Conceito.....  | 808        |
| II – Cabimento da multa.....   | 808        |
| III – Valor da multa.....  | 809        |
| IV – Reexame da multa.....   | 810        |
| V – Casos de modificação ou exclusão da multa.....   | 811        |
| VI – A multa e as obrigações personalíssimas .....   | 812        |
| VII – As “astreintes” e a Fazenda Pública.....   | 815        |
| 570. Cumulação da multa diária com medida de execução específica.....  | 816        |
| 571. Execução da multa.....  | 816        |
| I – Procedimento.....  | 816        |
| II – Regime do Código de 1973.....   | 817        |
| III – Regime do CPC de 2015.....   | 817        |
| IV – A necessidade de constituir-se um título judicial completo para a execução da multa.....                                      | 818        |
| V – Termo inicial e final de incidência da multa.....  | 819        |
| VI – Cobrança da multa segundo o regime do CPC/2015 .....  | 820        |
| VII – As astreintes e a tutela provisória.....   | 821        |
| VIII – Multa diária, correção monetária e juros moratórios.....  | 822        |
| 572. Procedimento a observar na execução da multa.....   | 822        |
| 573. Modificação da multa imposta.....   | 824        |
| 574. Obrigações de não fazer .....   | 826        |
| 575. Defesa do executado .....   | 827        |
| 576. Encerramento do processo .....  | 828        |
| Fluxograma nº 18 – Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer (arts. 536 e 537)..... | 830        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>Capítulo XL – EXECUÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENA AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE DECLARAR VONTADE.....</b>              | <b>831</b> |
| 577. Execução das prestações de declaração de vontade.....  | 831        |
| 578. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....  | 833        |
| 579. A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade.....   | 834        |
| 580. Algumas observações sobre o compromisso de compra e venda de imóveis ...   | 835        |
| 580.1. Compromisso de compra e venda não registrado.....  | 836        |
| 580.2. Ilicitude da comercialização de loteamento irregular.....  | 838        |
| 581. A natureza jurídica da sentença.....   | 840        |
| <br>  |            |
| <b>Capítulo XLI – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA À OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA.....</b>                             | <b>842</b> |
| 582. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa).....  | 842        |
| 583. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> .....                      | 842        |
| I – Regime antigo.....  | 842        |
| II – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> .....  | 843        |
| III – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....                | 844        |
| 584. Execução específica e execução substitutiva.....   | 845        |
| 585. Procedimento pós-sentença.....   | 846        |
| 586. Tutela substitutiva.....   | 847        |
| 587. Multa e outras medidas de apoio.....   | 848        |
| 588. Defesa do executado.....   | 848        |
| 589. Obrigação genérica.....  | 849        |
| 590. Retenção por benfeitorias.....   | 849        |
| 591. Encerramento do processo.....  | 851        |
| Fluxograma nº 19 – Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa (art. 538)..... | 853        |
| <br>  |            |
| <b>Capítulo XLII – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA À OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA.....</b>                              | <b>854</b> |
| 592. Noção de obrigação por quantia certa.....  | 854        |
| 593. Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa.....  | 854        |
| 594. Multa legal e honorários de advogado.....  | 856        |
| I – Cabimento.....  | 856        |
| II – Multa no cumprimento provisório da sentença.....   | 857        |
| III – Pagamento parcial do débito.....  | 858        |
| IV – Pagamento integral do débito.....  | 858        |
| V – Multa na execução de sentença arbitral e outras decisões.....   | 859        |
| VI – Quando cabe a verba honorária, e como arbitrá-la.....  | 859        |
| VII – Depósito do <i>quantum</i> devido, antes de recorrer da sentença exequenda.....                                   | 860        |

|  |     |
|--|-----|
| VIII – Acessoriedade da multa .....  | 860 |
| IX – Necessidade de requerimento do exequente .....  | 861 |
| 595. Requerimento do credor .....  | 861 |
| I – Iniciativa do credor .....   | 861 |
| II – Iniciativa do devedor .....   | 861 |
| 596. Intimação do devedor .....  | 862 |
| I – Regra geral .....  | 862 |
| II – Exceções .....  | 862 |
| III – Intimação presumida .....  | 863 |
| IV – Inatividade processual longa .....  | 863 |
| V – Prazo da intimação .....   | 863 |
| 597. Contagem do prazo para pagamento .....  | 863 |
| 598. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo .....   | 865 |
| 599. Penhora e avaliação .....   | 865 |
| 600. Inexecutividade do fiador e outros coobrigados .....  | 866 |
| 601. O procedimento executivo .....  | 867 |
| I – Dados necessários do requerimento .....  | 867 |
| II – Depósito do valor da dívida no prazo da intimação para cumprimento da<br>sentença .....         | 867 |
| III – Nomeação dos bens a penhorar .....   | 867 |
| IV – Definição do <i>quantum</i> exequendo .....   | 868 |
| V – Demonstrativo que dependa de dados extra-autos .....   | 868 |
| 602. Cumprimento de sentença e exceção de pré-executividade .....                                    | 869 |
| 603. Impugnação do executado .....   | 870 |
| 603.1. Prazo para a impugnação .....   | 871 |
| 604. Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da<br>sentença .....         | 872 |
| I – Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo cor-<br>reu à revelia ..... | 873 |
| II – Ilegitimidade das partes .....  | 874 |
| III – Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação .....                               | 875 |
| IV – Penhora incorreta ou avaliação errônea .....  | 882 |
| V – Excesso de execução ou cumulação indevida de execução .....                                      | 883 |
| VI – Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução .....                                   | 885 |
| VII – Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação .....                                    | 885 |
| VIII – Nulidade da sentença arbitral .....   | 887 |
| 605. Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação .....                                  | 887 |
| 606. O cumprimento da sentença e a prescrição .....  | 888 |
| 607. Casos particulares de prescrição e decadência .....   | 892 |
| I – Ação de repetição do pagamento indevido .....  | 892 |

|   |            |
|---|------------|
| II – Ação de anulação da fiança prestada sem outorga conjugal .....   | 893        |
| 608. Impedimento ou suspeição do juiz .....   | 894        |
| 609. Executados com diferentes procuradores .....   | 895        |
| 610. Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante a obrigação de quantia certa .....                                    | 895        |
| 611. O problema da iliquidez da sentença .....  | 895        |
| 611.1. Não é ilíquida a sentença omissa quanto aos juros e correção monetária .....   | 897        |
| 612. As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado .....   | 897        |
| 613. Procedimento da impugnação .....   | 898        |
| 614. Efeito da impugnação .....   | 898        |
| 615. Instrução probatória .....   | 899        |
| 616. Julgamento da impugnação. Recurso cabível .....  | 899        |
| 617. Coisa julgada no incidente de impugnação ao cumprimento de sentença .....  | 900        |
| 618. Suspensão do cumprimento de sentença em virtude de rescisória .....  | 901        |
| Fluxograma n° 20 – Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa (arts. 523 a 527) ..... | 903        |
| <br>  |            |
| <b>Capítulo XLIII – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA .....</b>    | <b>904</b> |
| 619. Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública .....  | 904        |
| 620. Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública .....  | 905        |
| I – Execução por quantia certa sem penhora e expropriação .....   | 905        |
| II – Execução de outras obrigações da Fazenda Pública .....   | 906        |
| III – Execução de obrigações de fazer. Políticas públicas .....   | 906        |
| 621. Procedimento .....   | 908        |
| I – Requerimento do exequente .....   | 908        |
| II – Intimação da Fazenda executada .....   | 909        |
| III – Expedição do precatório .....   | 909        |
| IV – Créditos de alimentos .....  | 909        |
| V – Parcelamento do precatório (CF, art. 100, § 2º – incluído pela EC n° 94/2016) .....   | 910        |
| VI – Financiamento de parte dos precatórios e obrigações de pequeno valor (CF, art. 100, § 19 – incluído pela EC n° 94/2016) .....              | 911        |
| VII – A importância da ordenação cronológica dos precatórios na execução contra a Fazenda Pública .....   | 911        |
| 622. Defesa da Fazenda .....  | 912        |
| I – Temas discutíveis .....   | 912        |
| II – Alguns destaques .....   | 913        |
| III – Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento do juízo .....  | 914        |
| IV – Duplo grau obrigatório .....   | 914        |

XXXVIII | PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – *Humberto Theodoro Júnior*

|  |            |
|--|------------|
| V – Atribuições do Presidente do Tribunal na execução da Fazenda Pública ..  | 915        |
| VI – Impugnações e revisões de cálculo perante o Tribunal e perante o juízo da execução .....  | 916        |
| 623. Execução provisória contra a Fazenda Pública .....  | 917        |
| 623.1. Execução parcial da condenação na pendência de recurso da Fazenda Pública .....   | 918        |
| 624. Execução definitiva sob forma de precatório .....   | 918        |
| 625. Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor” .....   | 920        |
| 625.1. Requisição de pequeno valor em caso de crédito alimentar “super-preferencial” .....   | 922        |
| 625.2. Pagamento do precatório em parcelas ou por acordo direto.....   | 922        |
| 625.3. Limite legal das requisições de pequeno valor .....   | 923        |
| 625.4. Parâmetros traçados pelo STF para as requisições de pequeno valor ...   | 924        |
| 626. Sequestro de verbas públicas .....  | 924        |
| 626.1. Procedimento do sequestro .....   | 926        |
| 627. Exceções ao regime dos precatórios .....  | 926        |
| 628. Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais .....  | 928        |
| 629. Credores listisconsorciados .....   | 929        |
| 630. Possibilidade de fracionamento do precatório .....  | 930        |
| 631. Cessão e compensação no âmbito dos precatórios .....  | 931        |
| 632. Regime especial dos precatórios.....  | 932        |
| 633. Atraso no cumprimento dos precatórios .....   | 933        |
| 634. Procedimento para obtenção do precatório complementar .....   | 936        |
| 634.1. Acordos diretos para pagamento de precatórios.....  | 936        |
| I – Em relação ao acordo de pagamento de precatórios .....   | 936        |
| II – Em relação ao acordo terminativo de litígio .....   | 937        |
| 634.2. Renúncia parcial do crédito para demandá-lo através do Juizado Especial Federal .....   | 937        |
| Fluxograma nº 21 – Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública (arts. 534 e 535)..... | 938        |
| <b>Capítulo XLIV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS.....</b>                                      | <b>939</b> |
| 635. Execução de prestação alimentícia .....   | 939        |
| 636. A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença .....  | 939        |
| 637. Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos .....  | 940        |
| 638. Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia.....  | 942        |
| I – Legitimação .....  | 942        |
| II – Competência.....  | 942        |
| III – Averbação em folha de pagamento .....  | 943        |
| IV – Protesto da decisão judicial.....   | 943        |
| V – Prisão civil do executado .....  | 943        |

|   |            |
|---|------------|
| VI – Cumprimento da decisão definitiva e da decisão provisória que fixa alimentos.....  | 945        |
| VII – Crime de abandono material.....   | 947        |
| VIII – Pensionamento decorrente de ato ilícito.....   | 948        |
| 639. Sentenças de indenização por ato ilícito.....  | 949        |
| 640. Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento.....   | 952        |
| 641. Pensionamento em salários mínimos.....   | 953        |
| Fluxograma nº 22 – Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos (arts. 528 a 533)..... | 954        |
| <b>Capítulo XLV – TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS.....</b>   | <b>955</b> |
| 642. Noções introdutórias.....  | 955        |
| 643. Medidas preparatórias especiais.....   | 957        |
| 644. Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeira.....               | 958        |
| 645. Encerramento do cumprimento de sentença.....   | 959        |
| 646. Sentença condenatória civil.....   | 960        |
| 647. Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....  | 962        |
| 648. Nova visão dos efeitos da sentença declaratória.....   | 963        |
| 649. Ação declaratória e prescrição.....  | 964        |
| 650. Sentença penal condenatória.....   | 966        |
| I – Força civil da sentença penal.....  | 966        |
| II – Requisitos da execução civil da sentença penal.....  | 966        |
| III – Condenação civil provisória no bojo da sentença penal.....  | 967        |
| IV – Legitimação para a execução civil da sentença penal.....   | 968        |
| V – Prescrição criminal.....  | 968        |
| 651. Sentença homologatória de autocomposição e a defesa do executado.....  | 969        |
| I – Autocomposição judicial.....  | 969        |
| II – Amplitude subjetiva da autocomposição judicial.....  | 970        |
| III – Procedimento executivo.....   | 971        |
| IV – A defesa do executado.....   | 971        |
| V – Autocomposição extrajudicial.....   | 971        |
| 652. Sentença arbitral.....   | 972        |
| 653. Sentença estrangeira.....  | 973        |
| I – Sentença estrangeira.....   | 973        |
| II – Decisão interlocutória estrangeira.....  | 974        |
| III – Sentença oriunda de país membro do MERCOSUL.....  | 975        |
| 654. O formal e a certidão de partilha.....   | 976        |
| 655. Crédito de auxiliar da justiça.....  | 977        |
| <b>Capítulo XLVI – PARTICULARIDADES DE ALGUNS TÍTULOS JUDICIAIS.....</b>  | <b>978</b> |
| 656. Condenações a prestações alternativas.....   | 978        |

**XL** | PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – *Humberto Theodoro Júnior*

|   |  |             |
|---|--|-------------|
| 657.  | Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....  | 978         |
|   | I – Noção de condição e termo.....   | 978         |
|   | II – Restrições doutrinárias às sentenças condicionais.....  | 979         |
|   | III – Admissibilidade legal da sentença condicional.....   | 979         |
| 658.  | Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo.....   | 980         |
| 659.  | Julgamento fracionado da lide.....   | 981         |
| 660.  | Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória.....  | 982         |
| 661.  | Protesto da decisão judicial transitada em julgado.....  | 982         |
|   | I – A sentença como título protestável.....  | 982         |
|   | II – Procedimento do protesto.....   | 983         |
|   | III – Pagamento no cartório de protesto.....   | 983         |
|   | IV – Cancelamento do protesto.....   | 984         |
|   | V – Superveniência de ação rescisória.....   | 984         |
|   | VI – Inscrição em cadastro de inadimplentes.....   | 984         |
| 662.  | Cumprimento parcelado da sentença.....   | 984         |
| <b>Capítulo XLVII – EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.....</b> |  | <b>986</b>  |
| 663.  | Noções introdutórias.....  | 986         |
| 664.  | Fundamentos da execução provisória.....  | 987         |
| 665.  | Execução de título extrajudicial embargada.....  | 987         |
| 666.  | Situação do tema no Código de 2015.....  | 988         |
| 667.  | Normas básicas da execução provisória.....   | 989         |
| 668.  | Casos de dispensa de caução.....   | 993         |
| 669.  | Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....  | 995         |
| 670.  | Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar.....      | 996         |
| 671.  | Incidentes da execução provisória.....   | 996         |
| 672.  | Processamento da execução provisória.....  | 996         |
| 673.  | Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....  | 997         |
|   | Fluxograma nº 23 – Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa (arts. 520 a 522)..... | 999         |
| <b>Capítulo XLVIII – COMPETÊNCIA.....</b>                     |  | <b>1000</b> |
| 674.  | Juízo competente para o cumprimento da sentença.....   | 1000        |
| 675.  | Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença.....   | 1001        |
| 676.  | Execução dos honorários advocatícios sucumbenciais.....  | 1002        |
| 677.  | Competência opcional para o cumprimento da sentença.....   | 1003        |
| 678.  | Competência para cumprimento da sentença arbitral.....   | 1005        |
| 679.  | Competência para execução civil da sentença penal.....   | 1005        |
| 680.  | Competência internacional.....   | 1006        |
| 681.  | Direito intertemporal.....   | 1007        |



|   |      |
|---|------|
| <b>Capítulo XLIX – TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO</b> .....   | 1008 |
| 682. Sentença ilíquida .....  | 1008 |
| 683. Execução da sentença ilíquida .....  | 1008 |
| 684. Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais .....  | 1009 |
| 685. Casos de iliquidez da sentença .....   | 1010 |
| 686. Natureza jurídica da liquidação da sentença .....  | 1011 |
| 687. A liquidação e os honorários advocatícios .....  | 1013 |
| 688. Limites da liquidação .....  | 1015 |
| 689. Contraditório .....  | 1016 |
| 690. Liquez parcial da sentença .....   | 1017 |
| 691. Liquidação por iniciativa do vencido .....   | 1017 |
| 692. Recursos .....   | 1018 |
| 693. Liquidação frustrada .....   | 1018 |
| 693.1. Inviabilidade da liquidação de danos apenas hipotéticos .....  | 1020 |
| 694. Procedimentos possíveis .....  | 1020 |
| 695. Liquidação por cálculo .....   | 1021 |
| 696. Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos .....   | 1022 |
| 697. Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária .....   | 1023 |
| 698. Memória de cálculo aparentemente excessiva .....   | 1023 |
| 699. Liquidação por arbitramento .....  | 1024 |
| 700. Liquidação pelo procedimento comum .....   | 1025 |
| 701. A indisponibilidade do rito da liquidação .....  | 1028 |
| 702. Rescisão da decisão liquidatória .....   | 1029 |
| <br>  |      |
| <b>Capítulo L – EXECUÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS</b> .....   | 1031 |
| 703. Histórico .....  | 1031 |
| 704. Direito material coletivo e direito processual coletivo .....  | 1031 |
| 705. Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública .....   | 1032 |
| 706. Ações coletivas possíveis após o CDC .....   | 1033 |
| I – Ações coletivas .....   | 1033 |
| II – Direitos individuais homogêneos .....  | 1033 |
| III – Direitos difusos e coletivos .....  | 1034 |
| IV – Procedimento único .....   | 1035 |
| 707. Coisa julgada .....  | 1036 |
| 708. Execução .....   | 1038 |
| 709. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação .....  | 1040 |
| <br>  |      |
| <b>Capítulo LI – DIREITO INTERTEMPORAL NA EXECUÇÃO E NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA</b> .....                                     | 1042 |
| 710. Introdução .....   | 1042 |
| 711. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública ..... | 1043 |

**XLII** | PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – *Humberto Theodoro Júnior*

|                           |   |             |
|---------------------------|---|-------------|
| 712.                      | Título executivo acrescido ao CPC/2015 .....                                    | 1044        |
| 713.                      | Alterações no procedimento do cumprimento de sentença.....                      | 1045        |
|                           | I – Prazo para oferecimento de impugnação ao cumprimento da sentença.....       | 1045        |
|                           | II – Multa e honorários advocatícios no cumprimento provisório de sentença..... | 1046        |
| 714.                      | Penhora <i>on-line</i> .....  | 1047        |
| 715.                      | Invalidação da arrematação .....  | 1048        |
| 716.                      | Protesto da decisão judicial transitada em julgado.....                         | 1048        |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b> ..... |   | <b>1049</b> |